



Número: **0600433-05.2020.6.16.0129**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavnaro**

Última distribuição : **13/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600433-05.2020.6.16.0129**

Assuntos: **Abuso - De Poder Econômico, Captação Ilícita de Sufrágio**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0600433-05.2020.6.16.0129 que afastou a preliminar e rejeitou o pedido deduzido na inicial, extinguindo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. (Ação de Investigação Judicial Eleitoral por Abuso de Poder Econômico e Captação Ilícita de Sufrágio ajuizada pelo Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB - Santa Helena/PR em face de Aquiles Marcelo Alba, com base no art. 22, caput, c/c o art. 24, ambos da LC nº 64/90, e c/ o art. 41-A, caput, da Lei 9.504/97, alegando que o representado enviou em 7/10/20, para a pessoa de nome "Janete Teresinha Couto Viar", duas mensagens de áudio com o claro objetivo de captar votos. Transcrição dos áudios: "Áudio de 0:35: "Janete tudo bem? Janete sobre aquela cesta básica que você falou é o seguinte. É tu pode me passar o nome é tua mãe que você falou? Tua mãe e mais três. Me passa o nome delas que vou mandar para a assistência social e aí eles vão dar prioridade. Aí a única coisa que vou te pedir é o seguinte que a tua mãe e as outras duas vão até o CRAS ali na parte da manhã, sempre na parte da manhã que se elas se encaixarem lá nos requisitos vão ganhar tá. Só me passa os nomes certinhos que eu vou passar para a secretária." Áudio de 0:10: "Pois é aí o quanto antes tu conseguir os nomes melhor, que a gente já manda pra secretária e a secretária eee dá atenção a hora que elas chegarem já tá tudo encaminhado. Beleza?". Aduz que para comprovar de que se trata do próprio candidato, anexa ao presente prints do celular da pessoa de Janete (terminal 45 99980-9426) a qual recebeu a mensagem, dando conta da existência da conversa entre o candidato e a eleitora. Alega que restou caracterizado que a conduta do candidato representado se trata de captação ilícita de sufrágio, vedada em lei, onde o candidato não pode doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com o fim de obter-lhe o voto; Gerador Cadeia - Santa Helena/PR - Eleição 2020). RE19 RE22**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - SANTA HELENA - PR - MUNICIPAL (RECORRENTE)	VANESSA SCHNORR (ADVOGADO) NERI MAZZOCHIN (ADVOGADO) OSMAR NEIA FILHO (ADVOGADO) YASMIN NEIA CAMARGO (ADVOGADO)
AQUILES MARCELO ALBA (RECORRIDO)	ARIELLY CAROLINE PEDRON (ADVOGADO) BETANIA PRICILA PEDRON THAUMATURGO (ADVOGADO) CELSO GUIARD THAUMATURGO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33372 816	06/05/2021 07:42	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 58.649

RECURSO ELEITORAL 0600433-05.2020.6.16.0129 – Santa Helena – PARANÁ

Relator: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

RECORRENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - SANTA HELENA - PR - MUNICIPAL

ADVOGADO: VANESSA SCHNORR - OAB/PR0044397

ADVOGADO: NERI MAZZOCHIN - OAB/PR0012494

ADVOGADO: OSMAR NEIA FILHO - OAB/PR0053648

ADVOGADO: YASMIN NEIA CAMARGO - OAB/PR0089072

RECORRIDO: AQUILES MARCELO ALBA

ADVOGADO: ARIELLY CAROLINE PEDRON - OAB/PR103156

ADVOGADO: BETANIA PRICILA PEDRON THAUMATURGO - OAB/PR46058

ADVOGADO: CELSO GUIARD THAUMATURGO - OAB/PR0067923

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA - ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E ABUSO DE PODER ECONÔMICO. ART. 41-A DA LEI DAS ELEIÇÕES C/C ART. 22 DA LC Nº 64/1990. FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA EM TROCA DE VOTO. AUSÊNCIA DE PROVA SOBRE O PEDIDO DE VOTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Inexiste violação à dialeticidade recursal quando se constata a correlação entre os fundamentos de fato e de direito apresentados na peça recursal e as razões de decidir contidas na sentença.



2. Dada a extrema gravidade da sanção cominada, a condenação por captação ilícita de sufrágio demanda a produção de prova robusta e indene de dúvidas. Precedentes do TSE e desta Corte Eleitoral.

3. No caso, não há prova no sentido de que o candidato teria utilizado sua influência, na condição de apoiador da gestão municipal, para conseguir prioridade na concessão de cestas básicas à mãe de eleitora e suas vizinhas.

4. Recurso conhecido e desprovido.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 04/05/2021

RELATOR(A) ROBERTO RIBAS TAVARNARO

RELATÓRIO

Trata-se, na origem, de ação de investigação judicial eleitoral proposta por captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB DE SANTA HELENA em face de AQUILES MARCELO ALBA, candidato a vereador nas eleições 2020, pelo suposto oferecimento, em 07 de outubro de 2020, de cestas básicas à mãe da eleitora JANETE TERESINHA COUTO VIAR e mais duas vizinhas daquela, com a finalidade de obter-lhes o voto. Na inicial, a agremiação autora afirma que a captação ilícita de sufrágio pode ser comprovada por meio dos dois áudios trocados entre JANETE e o candidato (id. 23312666).

Na sentença (id. 23314766), o JUÍZO DA 129ª ZONA ELEITORAL - SANTA HELENA julgou improcedente o pedido sob o argumento de que não haveria *prova robusta e apta a demonstrar, extreme de dúvida, que o Representado tenha doado ou prometido doar ou entregar a Janete Teresinha Couto Viar, ou a terceira pessoa, bem ou vantagem, tampouco que a conversa mantida entre o representado e a interlocutora Janete evidencie o dolo do Representado, no sentido de obter votos para si.*

Não resignado, o DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DE SANTA HELENA interpôs este Recurso Eleitoral (id. 23314816), argumentando, em síntese, que: a) é inconteste que o presente caso se amolda ao ilícito eleitoral previsto no art. 41-A da Lei nº 9.504/1997; b) o candidato utiliza-se de abuso de



poder econômico como principal via de convencimento dos eleitores; c) a sentença deve ser reformada, na medida em que a testemunha JANETE afirma expressamente que a conversa se deu buscando apoio político dos eleitores.

O recorrido AQUILES MARCELO ALBA apresentou contrarrazões (id. 23315066) sustentando, preliminarmente, que o presente Recurso Eleitoral não merece ser conhecido ante a ausência de dialeticidade. No mérito, pugnou pelo desprovimento do Recurso diante da ausência de ilicitude da conduta.

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL ofereceu parecer (id. 25264916) opinando pelo conhecimento e desprovimento do Recurso, mantendo-se integralmente a sentença.

É o relatório.

VOTO

II.i. Ofensa à Dialeticidade

Em contrarrazões, o recorrido postulou o não conhecimento do presente Recurso, sob o argumento de que a motivação da sentença não foi especificamente combatida, a teor do que determina a súmula 26 do TSE, com o seguinte teor: *“é inadmissível o recurso que deixa de impugnar especificamente fundamento da decisão recorrida que é, por si só, suficiente para a manutenção desta”*. Assim, defendeu que o recorrente apenas repetiu os argumentos já delineados na inicial e refutados, sem rebater especificamente os fundamentos da sentença.

Com efeito, o princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente *o ônus de evidenciar os motivos de fato e de direito capazes de rebater todos os fundamentos do decisor que se pretende modificar, sob pena de vê-lo mantido por seus próprios fundamentos (TSE AgR-AI nº 231-75/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 2.8.2016)*.

Na espécie, conquanto na peça recursal o recorrente reafirme que os áudios trocados entre a eleitora JANETE e o recorrido demonstram a captação ilícita de sufrágio, houve um aprofundamento da questão, quando cita os motivos necessários à reforma da sentença. Note-se que o recorrente fez um capítulo à parte, citando trechos do depoimento de JANETE, que, em seu entender, comprovariam que houve o oferecimento de ajuda por parte do recorrido para a obtenção de cestas básicas perante a Assistência Social do Município, em troca de voto.

Assim, o recorrente apresentou os motivos de fato e de direito que, sob sua perspectiva, são necessários a infirmar os fundamentos da decisão que pretende ver revisada, não havendo ofensa à súmula 26 do TSE, razão pela qual, preenchidos os pressupostos de admissibilidade, mormente a tempestividade, o Recurso comporta conhecimento.



Destaca-se que o candidato recorrido foi eleito suplente nas eleições de 2020 ao cargo de vereador do Município de Santa Helena.

II.ii. Mérito

O recorrente, MDB DE SANTA HELENA, imputa ao recorrido a caracterização de captação ilícita de sufrágio, com fundamento no art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 c/c o art. 22 da LC nº 64/1990, em razão do oferecimento, em 07 de outubro de 2020, de cestas básicas à mãe da eleitora JANETE TERESINHA COUTO VIAR e mais duas vizinhas daquela, com a finalidade de obter-lhes o voto. Afirma, na petição inicial, que tomou conhecimento de dois áudios de *WhatsApp*, encaminhados pelo recorrido a JANETE, que comprovariam a captação ilícita de sufrágio, cuja transcrição é a seguinte:

Áudio I: Janete tudo bem? Janete sobre aquela cesta básica que você falou é o seguinte: é, tu pode me passar o nome é tua mãe que você falou? Tua mãe e mais três. Me passa o nome delas que vou mandar para a assistência social e aí eles vão dar prioridade. Aí a única coisa que vou te pedir é o seguinte: que a tua mãe e as outras duas vão até o CRAS ali na parte da manhã, sempre na parte da manhã, que se elas se encaixarem lá nos requisitos vão ganhar, tá! Só me passa os nomes certinhos que eu vou passar para a Secretária.

Áudio II: Pois é, aí o quanto antes tu conseguir os nomes melhor, que a gente já manda pra secretária e a Secretária e dá atenção, a hora que elas chegarem já tá tudo encaminhado. Beleza?

Ressalta-se, inicialmente, que os requisitos necessários para configurar a prática do 41-A são os seguintes, conforme lição de JOSÉ JAIRO GOMES: a) realização de uma das condutas típicas, a saber: doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem pessoal a eleitor, bem assim contra ele praticar violência ou grave ameaça; b) fim especial de agir, consistente na obtenção do voto do eleitor; c) ocorrência do fato durante o período eleitoral.

A configuração do especial fim de agir, consistente na obtenção do voto do eleitor, malgrado prescindir de pedido explícito de voto, exige a presença de prova robusta e incontestada da intenção da compra de votos, conforme jurisprudência pacífica do TSE e desta Corte Eleitoral:

ELEIÇÕES 2018. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER E CONDUTA VEDADA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. SÍNTESE DO CASO.

1. O Tribunal a quo, por unanimidade, julgou improcedente a representação eleitoral, em razão de não reconhecimento das práticas de captação ilícita de sufrágio, abuso de poder e conduta vedada descritas na espécie.

2. Interposto o recurso ordinário, foi mantido monocraticamente, pelos mesmos fundamentos, o julgamento proferido na origem.



ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL

3. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que os depoimentos colhidos em sede extrajudicial devem ser corroborados por demais provas reunidas na fase judicial, sob o manto das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

4. O agravante não se desincumbiu do ônus da prova quanto à ocorrência do abuso de poder e captação ilícita de sufrágio, na medida em que as testemunhas que participaram da reunião na qual teriam ocorrido os ilícitos afirmaram em juízo não ter havido promessa de auxílio para a comunidade em troca de votos para a candidata Ada de Luca, nem sequer pedido de votos.

5. "A captação ilícita de sufrágio exige prova robusta da finalidade de se obter votos. Além disso, a prova testemunhal, para ser considerada apta a fim de fundamentar a condenação, necessita que seja corroborada por outros elementos probantes que afastem dúvida razoável da prática do referido ilícito, o que na espécie não se observa" (AgR–REspe 461–69, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 16.4.2019)

6. Os votos obtidos nas duas seções da região onde teriam acontecido os ilícitos, no total de 88, constituem mínima fração no universo de 34.501 votos obtidos pela deputada eleita, que superou em mais de 2 mil votos o primeiro suplente da coligação, não havendo falar, também por isso, em comprometimento da normalidade e legitimidade do pleito eleitoral para o cargo de deputado estadual.

7. Não ficou demonstrada a prática da conduta vedada prevista no art. 73, I, da Lei 9.504/97, em razão da suposta utilização de veículo da prefeitura de Içara para deslocamento até o local da referida reunião, dada a ausência de comprovação do seu propósito eleitoral.

CONCLUSÃO

Agravo regimental a que se nega provimento.

(RO nº 060227650, Acórdão, rel. Min. Sergio Silveira Banhos, DJe 13/08/2020)

ELEIÇÕES 2016. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. NECESSIDADE DE ROBUSTEZ PROBATÓRIA. PROVAS INÁBEIS PARA COMPROVAR A PRÁTICA DO ILÍCITO. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que a captação ilícita de sufrágio exige prova robusta da finalidade de se obter votos. Além disso, a prova testemunhal, para ser considerada apta a fim de fundamentar a



condenação, necessita que seja corroborada por outros elementos probantes que afastem dúvida razoável da prática do referido ilícito, o que na espécie não se observa.

2. O Regional concluiu configurada a prática de captação ilícita de sufrágio, consubstanciada na oferta de dinheiro por José Freire dos Santos ("Zezinho") tio do candidato a prefeito, Alan Andreino ao eleitor Vagner Santos dos Reis ("Quinho").

3. Todavia, depreende-se que o conjunto probatório dos autos, emoldurado no acórdão regional, não encerra comprovação segura da captação ilícita de sufrágio, revelando-se controverso e evasivo, mostrando-se inábeis a demonstrar a efetiva entrega de bem em troca de voto.

4. Agravo a que se nega provimento.

(REspE nº 46169, Acórdão, rel. Min. Edson Fachin, DJe 16/04/2019)

EMENTA - RECURSOS ELEITORAIS - AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO - ABUSO DE PODER ECONÔMICO - VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 30-A - OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - DEMANDAS JULGADAS IMPROCEDENTES - RECURSOS DESPROVIDOS.

1. Não viola o princípio da dialeticidade o recurso que, não obstante não tenha atacado todos os fundamentos expostos na sentença guerreada, possui alegações que não se dissociam dos fatos tratados na demanda.

2. As ações eleitorais não podem ser julgadas com base em causa de pedir diversa da que foi exposta na respectiva petição inicial. Precedentes do c. TSE.

3. Nos termos do artigo 22, XVI, da LC nº. 64/90, para que fique configurada a prática de abuso de poder é necessária a comprovação da gravidade dos fatos e não sua potencialidade para alterar o resultado da eleição, isto é, deve-se levar em conta o critério qualitativo - a aptidão da conduta para influenciar a vontade livre do eleitor e desequilibrar a disputa entre os candidatos -, e não o quantitativo, qual seja, a eventual diferença de votos entre o candidato eleito para determinado cargo e os não eleitos.

4. A procedência de demandas que visem à cassação de registro ou de diploma fundadas nos artigo 30-A da Lei nº. 9.504/97 e 22 da Lei Complementar nº. 64/90 exige provas robustas, seguras e consistentes da ocorrência do ilícito e da gravidade da conduta.

5. Em razão da gravidade das sanções previstas no artigo 41-A da Lei nº 9.504/1997, exigem-se provas seguras que indiquem todos os elementos previstos nessa norma (doar, oferecer, prometer ou entregar alguma benesse,



com a finalidade de obter o voto de eleitor individualizado; e a participação ou a anuência do candidato), sendo que a ausência de qualquer deles deve, obrigatoriamente, levar à improcedência do pedido.

6. O ônus da prova é exclusivamente do autor quanto aos fatos constitutivos do direito. Não tendo a parte se desincumbido desse ônus, tanto da existência do fato quanto dos elementos caracterizadores dos ilícitos em análise, a improcedência é medida impositiva.

7. Recursos desprovidos.

(REI n 62774, ACÓRDÃO n 55836 de 29/01/2020, rel. Des. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO, Rev. Des. TITO CAMPOS DE PAULA, DJe 04/02/2020)

No caso concreto, acompanhando o consignado pelo juízo *a quo* na sentença, não se vislumbra prova inequívoca da finalidade eleitoral.

Com efeito, a despeito do recorrido solicitar a JANETE o nome de sua mãe e outras duas conhecidas para repassar à Secretaria de Assistência Social, não condicionou o envio da informação ao recebimento do voto das eleitoras, ressaltando, inclusive, que elas receberiam a cesta básica se possuísssem os requisitos necessários.

Ressalta-se, nesse ponto, que, ouvida em juízo, JANETE TERESINHA COUTO VIAR afirma que AQUILES MARCELO ALBA lhe procurou para oferecer um trabalho como cabo eleitoral de sua campanha, mas que em momento algum ofereceu cestas básicas em troca de votos, sendo a própria JANETE quem inicia a conversa sobre as cestas básicas:

[...] Que confirma que trocou mensagens no aplicativo Whatsapp com o candidato Aquiles referentes a obtenção de cesta básica para sua mãe; [...] Que não foi Aquiles que iniciou o assunto das cestas básicas [...] Que Aquiles pediu para a depoente trabalhar em sua campanha e a depoente disse que pensaria; Que diante da proposta de trabalho de Aquiles, foi conversar com sua mãe e questionou esta e mais algumas senhoras que moram nos fundos da casa de sua mãe se estas apoiariam determinado candidato, caso a depoente fizesse campanha; Que sua mãe e as outras mulheres disseram que estavam passando por necessidades e precisariam de uma cesta básica; Que a depoente informou tal situação para Aquiles e, posteriormente, ele lhe encaminhou os áudios que constam nos autos; Que não aceitou ser cabo eleitoral de Aquiles, apenas fez um teste com sua mãe e as vizinhas dela para ver como funcionaria se fosse cabo eleitoral; Que comentou com Aquiles que a primeira pessoa que pediu voto já lhe pediram cesta básica; Que não sabe porque as pessoas lhe pediram cesta básica; [...]Que ficou com a impressão de que Aquiles ofereceu essa facilitação em troca de apoio(...) Que, alguns dias depois enviou os áudios para o MDB, para o Paulo Mocelin; [...] Que já conhecia Paulo Mocelin há algum tempo, pois trabalhou em uma campanha que o Paulo era coordenador; [...] **Que Aquiles nunca lhe autorizou a oferecer cestas básicas em troca de votos;** Que a última conversa que teve com Aquiles foram os áudios; **Que Aquiles nunca lhe disse que conseguiria as cestas básicas em troca de votos.**



O depoimento prestado pela senhora SHIRLA PATRICIA WEBER STERCHILE, Secretária de Assistência Social, também corrobora as conclusões da sentença, eis que a testemunha afirma que a concessão de cestas básicas requer o preenchimento obrigatório dos requisitos legais e que o recorrido não lhe contatou para dar uma atenção especial no caso da mãe de JANETE TERESINHA COUTO VIAR:

(Áudio “Audiência parte 08” – id. 23314366)

Magistrado: a senhora sabe alguma coisa desse áudio ou dessa conversa que o Aquiles teve com a Janete, essa senhora que acabou de sair daqui, ocorrida no dia sete de outubro pelo WhatsApp? Sabe alguma coisa sobre isso?

Shirla: Não, eu ouvi esse áudio, tive conhecimento (inaudível). Mas só. Magistrado: Tá. A doutora é Secretária de Assistência Social, né? Há a distribuição de cesta básica feita pelo município?

Shirla: Sim, nós temos o auxílio alimentação e higiene, é o nome. Magistrado: Essa distribuição de cestas básicas, de higiene a senhora falou, a destinatária né, as pessoas que têm direito, essas pessoas que se enquadram e a própria concessão da cesta básica...é uma decisão discricionária ou vinculada da administração?

Shirla: Ela é feita pela equipe técnica, quem faz a avaliação e quem vai receber esse benefício de auxílio alimentação e higiene, como qualquer outro benefício eventual é feito por alguma assistente social do município. A nossa porta de entrada é o CRAS, então são as assistentes sociais do CRAS.

(...)

Magistrado: Há uma fila? Como é feito o critério de cronologia da fila? Como que é?

Shirla: Não existe uma fila doutor. Não existe mais, como era feito antigamente, uma lista. Não é assim. É um benefício eventual, então as pessoas...

Magistrado: Eventual?

Shirla: Eventual, é um benefício eventual que a gente chama esses benefícios. São benefícios eventuais. Então se a pessoa estiver passando por alguma situação de necessidade ela vai procurar o atendimento do CRAS, essa demanda também pode vir pela rede de atendimento, por alguém da comunidade, pela busca ativa. Então a pessoa procurou o atendimento, por exemplo, lá no CRAS. Passou pela avaliação da assistente social, a assistente social avaliou o caso, registrou o atendimento, fez toda a avaliação e entendeu que a pessoa está passando por uma situação de vulnerabilidade naquele momento, aí ela dispensa um benefício eventual, entre eles, o auxílio alimentação e higiene. Então naquela situação, conforme a demanda daquele momento, não existe uma fila, é conforme a necessidade.

(...)



Magistrado: agora eu vou perguntar específico sobre o caso aqui, o Aquiles pediu para a senhora dar alguma olhada especial ou algum benefício?

Shirla: Não.

(...)

Pelo que se extrai dos depoimentos, não há prova, contrariamente ao defendido pelo recorrente, que o candidato recorrido teria se utilizado de sua influência, na condição de apoiador da gestão municipal, para conseguir prioridade no atendimento da mãe de JANETE e suas vizinhas, para o fim de concessão de cestas básicas. A uma, porque a própria SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL menciona que AQUILES não a procurou, tampouco procurou qualquer outra assistente social do CRAS para solicitar a agilidade no atendimento de ninguém; a duas, porque no próprio áudio o recorrido afirma que elas receberiam o auxílio caso preenchessem os requisitos legais, não havendo demonstração da interferência do recorrido para agilizar qualquer procedimento.

Além disso, o fato da testemunha JANETE, ao ser indagada pelo juízo, dizer que ficou com a *impressão de que Aquiles mandou o áudio em troca de apoio*, não comprova o fato em si, mas apenas uma mera presunção da testemunha. O que restou devidamente comprovado é que não houve pedido de voto ou menção à eleição, já que a própria testemunha confirma que o recorrido não solicitou votos no áudio mencionado ou em qualquer outra ocasião.

Acrescenta-se, ademais, que o fato de JANETE ter entregue o áudio a PAULO MALUCELLI, pessoa vinculada à recorrente e não ao MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL DE SANTA HELENA, que também teria legitimidade para propor uma ação de investigação judicial eleitoral, de forma mais isenta, enfraquece a credibilidade da intenção despretensiosa da testemunha, o que milita em desfavor do recorrente.

Destarte, embora a troca de áudios entre o recorrido e JANETE tenha ocorrido no curso do período eleitoral, não há prova de que estava condicionada ao pedido de voto, não havendo demonstração de que AQUILES se utilizou de uma posição privilegiada para agilizar a concessão de cestas básicas à genitora de JANETE e suas vizinhas, em troca de seus votos nas eleições 2020.

Destaca-se, por fim, que, se é certo que o conjunto probatório é fraco à configuração da captação ilícita de sufrágio, mais certo ainda é afirmar que não há qualquer lastro probatório a comprovar eventual abuso de poder econômico, já que, ainda que a captação estivesse comprovada, a concessão de cestas básicas a três eleitoras não possui gravidade suficiente para aplicação das graves sanções do art. 22, XIV da LC nº 64/1990.

CONCLUSÃO



Pelo exposto, voto pelo conhecimento do Recurso interposto e, no mérito, diante da ausência de provas, pelo seu desprovimento, mantendo íntegra a sentença que julgou improcedente a ação de investigação judicial eleitoral proposta.

ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RELATOR

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL Nº 0600433-05.2020.6.16.0129 - Santa Helena - PARANÁ - RELATOR: DR. ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RECORRENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - SANTA HELENA - PR - MUNICIPAL - Advogados do RECORRENTE: VANESSA SCHNORR - PR0044397, NERI MAZZOCHIN - PR0012494, OSMAR NEIA FILHO - PR0053648, YASMIN NEIA CAMARGO - PR0089072 - RECORRIDO: AQUILES MARCELO ALBA - Advogados do RECORRIDO: ARIELLY CAROLINE PEDRON - PR103156, BETANIA PRICILA PEDRON THAUMATURGO - PR46058, CELSO GUIARD THAUMATURGO - PR0067923.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavarnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 04.05.2021.

